



EDUCAÇÃO em FOCO

e-ISSN 2447-5246  
ISSN 0104-3293

Creative Commons license



## **A EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL E A RESISTÊNCIA ATIVA EM MEIO À PANDEMIA/SINDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS**

**EDUCATION AND PHYSICAL EDUCATION IN BRAZIL AND ACTIVE RESISTANCE DURING THE NEW CORONAVÍRUS PANDEMY/SINDEMY**

Celi Nelza Zülke Taffarel<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-3593-4279>

Joelma de Oliveira Albuquerque<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-2689-5020>

Ailton Cotrim Prates<sup>3</sup>

<https://orcid.org/0000-0002-6940-9002>

### **Resumo:**

O texto trata da relação capital-trabalho, da desqualificação dos/as professores/as e da necessidade da resistência ativa. Demonstra como a lógica destrutiva do capital, vem ao longo da história atingindo os/as professores/as para desintelectualizá-los e, com isto, insidir na formação da classe trabalhadora. Apresenta, por fim, elementos de resistência na formação de professores/as assegurados na histórica luta da Anfope.

**Palavras-chave:** Educação física, pandemia, sindemia, resistência

### **Abstract:**

The text deals with the capital-labor relationship, the disqualification of teachers and the need for active resistance. It demonstrates how the destructive logic of capital has, throughout history, reached teachers to de-intellectualize them and, with this, to insert in the formation of the working class. Finally, it presents elements of resistance in the training of teachers ensured in the historic struggle of Anfope.

**Keywords:** Physical education, pandemic, syndemic, resistance

<sup>1</sup> Universidade Federal da Bahia. E-mail: celi.taffarel@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Alagoas. E-mail: joelma.albuquerque@arapiraca.ufal.br

<sup>3</sup> Universidade Federal de Alagoas. E-mail: ailtonprates@hotmail.com

## INTRODUÇÃO

O texto apresenta uma análise da situação da classe trabalhadora em geral, e em especial a realidade do trabalho educativo de professores/as em meio à pandemia do Sars cov-2 (novo coronavírus) causador da COVID-19, enquanto crise sanitária (sindemia<sup>4</sup>) e de necropolítica (MBEMBE, 2018), no Brasil, no contexto da crise econômica, política, social e ambiental, no atual estágio de desenvolvimento capitalista, considerando as contradições capital e trabalho, e as reflexões a partir da teoria pedagógica histórico-crítica e a abordagem crítico-superadora da educação física.

Necessário, inicialmente, situar o momento histórico em que estes elementos de crise se interpõem: a ameaça real à sobrevivência humana no planeta. Isso se materializa, como sinalizam Chomsky e Prashad (2021)<sup>5</sup>, além do negacionismo científico e não enfrentamento da pandemia. Segundo estes, a **aniquilação nuclear**, considerando que as grandes potências possuem cerca de 13.500 armas nucleares (90% destas de propriedade da Rússia e EUA), enquanto os tratados sobre o controle e armas estão sendo destruídos; **as catastrofes climáticas** geradas pela hiperexploração de combustíveis fósseis, enquanto se esvaziam os fundos de investimentos para países em desenvolvimento para o enfrentamento desta questão, e ao mesmo tempo o aumento da dívida externa, expressando uma falta de seriedade por parte da “comunidade internacional”; e a **destruição do contrato social**, com a destruição da função pública dos Estados, sendo a sociedade civil mercantilizada por fundações privadas (o que assitimos ocorrer a passos largos no Brasil hoje). Os países investem boa parte de seus orçamentos anuais em armas e não em serviços públicos, como é o caso dos EUA. Chomsky e Prashad sinalizam que, para a atual geração que vivenciou ataques neoliberais há algumas décadas, os problemas atuais a curto prazo para sustentar sua mera existência movimentam questões fundamentais sobre o destino de seus filhos e netos, e portanto, há que se fazer o enfrentamento a esta situação.

Nossa ênfase neste texto é nos elementos de destruição do contrato social, e portanto, para a análise, consideramos dados do Ministério da Educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP<sup>6</sup>), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE<sup>7</sup>), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE<sup>8</sup>), dados sobre os/as profissionais de educação em geral e em especial dos/das professores/as de Educação Física, que atuam na Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) e Educação Superior, encontrados no Sistema Regulador do Ensino Superior (e-MEC<sup>9</sup>). Serão abordadas as estratégias governamentais de ataques à educação pública, aos serviços e

<sup>4</sup> De acordo com matéria da Fiocruz, o termo foi cunhado pelo antropólogo médico americano Merrill Singer na década de 1990 para explicar uma situação em que “duas ou mais doenças interagem de tal forma que causam danos maiores do que a mera soma dessas duas doenças”. “O impacto dessa interação também é facilitado pelas condições sociais e ambientais que, de alguma forma, aproximam essas duas doenças ou tornam a população mais vulnerável ao seu impacto”. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=node/1264>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

<sup>5</sup> Primeira carta semanal de 2021, do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, publicada em 07 de Janeiro, escrita por Vijay Prashad e Noam Chomsky. Disponível em: <<https://www.thetricontinental.org/pt-pt/newsletterissue/1-noam-chomsky/>>. Acesso em: 11 jan. de 2021.

<sup>6</sup> Portal: <<http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>>.

<sup>7</sup> Portal: <<https://www.ibge.gov.br/>>.

<sup>8</sup> Portal: <<https://www.dieese.org.br/>>.

<sup>9</sup> Portal: <<http://portal.mec.gov.br/e-mec-sp-257584288>>.

servidores, os cortes orçamentários, e na contraofensiva, os posicionamentos das entidades de classe e das instituições científicas, em especial da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), bem como, as estratégias da classe trabalhadora na perspectiva da resistência ativa.

A referência principal para a crítica aqui desenvolvida, neste e em qualquer momento histórico, é a relação entre humanização e desumanização, e, por isso, nos perguntamos: é possível ser humano sem acesso ao patrimônio cultural da humanidade, sem acesso aos bens que nos humanizam? Seremos humanos sem acesso ao que garante a vida digna? Seremos humanos sem acesso ao que desenvolve nossas funções psíquicas superiores? Para responder as estas questões, precisamos explicitar o que é o patrimônio cultural da humanidade. Este patrimônio é composto por bens, desde os que vem da natureza como água, ar, terra, até os bens produzidos pelo trabalho, como a comida, o abrigo, as roupas e calçados que nos protegem, até os demais bens culturais de segunda ordem que temos necessidade. A resposta à pergunta é negativa, ou seja, não é possível ser efetivamente humano sem acessar ao patrimônio cultural da humanidade, histórica e coletivamente construído e que deve ser socializado com todas e todos. Este patrimônio se expressa nas artes, na ciência e na filosofia (DUARTE, 2008). Respondida a questão, necessitamos, a partir dela, considerar a educação escolar nesse processo de humanização.

Consideramos que a escola é responsável pela transmissão e assimilação do patrimônio socialmente produzido, historicamente acumulado, através do “trabalho não material” (SAVIANI, 2012, p.12) que realiza – o trabalho educativo, “que é o ato de produzir direta e intencionalmente , em cada indivíduo singular , a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2012, p.13). É, portanto, responsabilidade dos/as professores/as, conhecendo os seres humanos com os quais trabalham, selecionar, organizar, planejar e tratar, a cada instante dentro das escolas, dos conhecimentos mais desenvolvidos historicamente, como apontamos acima, os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos. Esta é uma tarefa extremamente complexa, seja ela na educação infantil ou na educação em movimentos populares de luta social (TAFFAREL, 2016).

Esta é a natureza e a especificidade da Educação (SAVIANI, 2012), que neste tempo histórico, de avanços da extrema direita, de aprofundamento do Golpe de 2016, estão prejudicadas, considerando-se as políticas educacionais, notadamente as diretrizes curriculares, a Base Nacional Comum Curricular, e a Reforma do Ensino Médio, que vêm direcionado o esvaziamento dos conteúdos no currículo da Educação Básica brasileira, como afirmam Malanchen (2016) e Gama (2015). Este esvaziamento implica diretamente na formação, inicial e continuada de professoras e professores, e indiretamente, nos currículos dos cursos superiores de formação de professores, (pedagogia e licenciaturas).

Neste contexto de esvaziamento do currículo, dos conteúdos mais desenvolvidos, a educação física ainda sofre outra forma de negação do conhecimento, tanto para os alunos da educação básica, quanto aos professores e professoras na sua formação, qual seja: a separação artificial entre cursos de licenciatura e bacharelado, promovida pelo sistema CONFED/Cref's (Conselhos Federal e Regionais de Educação Física). Os bacharéis seriam responsáveis por trabalhar com os conteúdos vinculados à promoção da saúde, do *fitness*, um conhecimento tido como técnico, se dedicando às pesquisas de cunho positivista; e os licenciados teriam a

responsabilidade de tratar dos conteúdos da cultura corporal na escola, e, para tanto, na sua formação teriam acesso ao conhecimento tido como pedagógico. Uma explícita separação entre teoria e prática que provoca uma dupla negação: por um lado, aos bacharéis é negado o conhecimento pedagógico e aos licenciados é negado o conhecimento vinculado à área da saúde, do treinamento, inerente à cultura corporal. Desdobra-se, dessa negação, uma segunda, que é a negação de professores/as com formação ampliada aos/as alunos/as da Educação Básica, tendo como consequência a impossibilidade de inter-relacionar os conteúdos da cultura corporal com o conhecimento da saúde (TAFFAREL, 2010).

Neste escopo de esvaziamento do currículo e de rebaixamento da formação de professores, as pedagogias contra-hegemônicas críticas (não-reprodutivistas), socialistas, de base marxista, sofrem resistência e são combatidas, o que impede que professores entendam, expliquem cientificamente, e revolucionem o processo de reproduzir em cada ser humano a humanidade produzida socialmente e acumulada historicamente. Independente do continente em que estejamos, seja América, África, Ásia, Europa, Oceania ou na Antártica, é da nossa natureza nos tornarmos humanos pelo acesso ao patrimônio cultural da humanidade. Isso significa o acesso ao que há de mais desenvolvido para desenvolver em nós as nossas máximas possibilidades humanas.

O que vemos acontecer são reformas educacionais que orientam para a formação de competências e habilidades que respondam às exigências do mercado de trabalho, e prepare para o empreendedorismo. A questão central a responder neste texto diz respeito aos rumos de projetos educacionais em disputa e suas possibilidades superadoras para a educação em geral e, em especial, para a Educação Física, levando em consideração o projeto histórico superador do modo de produção capitalista, o projeto histórico socialista (ENGELS *apud* FERNANDES, 1989).

### **AS RELAÇÕES CAPITAL-TRABALHO E O PROJETO CAPITALISTA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

As constantes reestruturações produtivas e a subsunção crescente do trabalho à lógica capitalista demonstram as estratégias e táticas dos que concentram os meios de produção para manter ou elevar as taxas de lucro, a concentração de riquezas e a propriedade privada dos meios de produção. Todas estas estratégias não eximem o modo de produção capitalista de ser o que Engels denominou, um assassino, pois o que ocorre com a classe trabalhadora é um “assassinato social” (ENGELS, 2008, p.136). Para demonstrar estas premissas nos perguntamos o que aconteceu nos últimos anos com o trabalho humano e com o sistema de proteção do trabalho e do trabalhador. Arrizabalo Montoro (2014), em sua obra “Capitalismo e economia mundial”, demonstra que o capital, para manter taxas de lucro, desvaloriza a força de trabalho para barateá-las com a super-exploração e perda de direitos, em geral no campo das relações trabalhistas, mas também no acesso aos serviços públicos e direitos democráticos. O autor explica-nos que o conjunto de regulamentações, que limitam a utilização irrestrita da força de trabalho (o trabalho precarizado, super-explorado), é um obstáculo ao processo de acumulação de capital. Conforme o autor:

Estas regulamentações não são, certamente, concessões das burguesias, senão conquistas arrancadas pelos trabalhadores. Mas no marco do capitalismo há um limite intransponível: o que marca o limiar de uma rentabilidade suficiente. Por isso, nunca se pode falar de consolidação dessas conquistas, já que sempre estarão

no alvo da classe capitalista, especialmente à medida que as contradições da acumulação capitalista se intensificam e, portanto, em sua máxima expressão que são as crises, utilizadas pelo capital para questionar os direitos operários e inclusive democráticos. (MONTORO, 2014, p. 404, tradução nossa).

O que se persegue com a perda ou destruição de direitos? O que se almeja com a desregulamentação do mercado de trabalho? Conforme o autor, busca-se a liberdade de exploração: “[...] se trata de alcançar maior liberdade possível para explorar a força de trabalho, sem restrições” ou, dito de outro modo, “[...] um elemento de destruição de forças produtivas, ou, se preferir, uma mostra de retrocesso civilizatório” (MONTORO, 2014, p. 405, tradução nossa).

Este movimento de destruição das conquistas dos(as) trabalhadores(as), ocorre no Brasil, principalmente após o Golpe de 2016, o qual destituiu a presidenta legitimamente eleita (Resolução Nº 35/2016<sup>10</sup>), sem que a mesma tenha cometido crime, conforme exposto no pedido de anulação da decisão condenatória<sup>11</sup>. Aprofundando o golpe de 2016, teremos um aparato legal sendo encaminhado e aprovado no parlamento brasileiro, pelas forças de extrema direita, direita conservadora, patriarcal, burguesa, da elite escravocrata, latifundiária, fundamentalista, policialesca e judiciaisca instaladas no parlamento brasileiro. E temos aí aprovadas as medidas da Reforma Trabalhista e Reforma da Previdência e, em compasso de espera, a Carteira Verde e Amarela (MP 905/2019) que caducou no Senado, mas que voltará a ser encaminhada pelo presidente genocida autodeclarado, Jair Bolsonaro<sup>12</sup>.

Estas medidas estão relacionadas com um movimento mais geral que precisa ser compreendido, para que se estabeleça nexos e relações entre o mais geral, o particular e a singularidade dos fatos. Isto nos remete a demonstrar como vem ocorrendo o aprofundamento da separação entre teoria e prática, trabalho manual e trabalho intelectual na sociedade capitalista em meio à pandemia da Covid-19 com seus desdobramentos na Educação e na Educação Física. Seguem-se, portanto, elementos que nos permitem reconhecer que apesar dos ataques existem resistências, inclusive na área da Educação Física.

Com a pandemia/sindemia acentuam-se desigualdades e agravam-se as condições da existência da classe trabalhadora. Os números de mortos pela COVID-19, que em janeiro de 2021 somam mais de 200 mil no Brasil; o número de desempregados; os cortes nas políticas públicas; as (contra)reformas; a miséria dos mais necessitados; o avanço avassalador da direita, da extrema direita; a falta de investimentos públicos na educação, na ciência e na tecnologia, de forma a permitir medidas sanitárias, trabalhistas, protetoras, deixam isto muito evidente.

Os/as professores/as, em sua formação inicial e continuada, em suas condições de trabalho estão sendo explorados pelos detentores de tecnologias informacionais e comunicacionais, para obter lucros cada vez mais exorbitantes a custo do sofrimento da classe trabalhadora da educação,

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/562339>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

<sup>11</sup> Disponível em: <[https://www.jota.info/wp-content/uploads/2016/09/MS-JUSTA-CAUSA\\_29092016\\_22h05\\_final-2.pdf](https://www.jota.info/wp-content/uploads/2016/09/MS-JUSTA-CAUSA_29092016_22h05_final-2.pdf)>. Acesso em: 05 jan. 2021.

<sup>12</sup> Em declaração feita em um programa de TV aberta em 1999, afirma que “através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada, só vai mudar, infelizmente quando um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro e fazendo o trabalho que o regime militar não fez, matando uns 30 mil, começando com FHC, não deixar ir pra fora não, matando! Se vai morrer alguns inocentes, tudo bem, tudo quanto é guerra morre inocente (...)”. Disponível em: <<https://youtu.be/E1BQbueU0tQ>>. Atualmente, superou seu objetivo anunciado em meio a pandemia que já atingiu mais de 200 mil mortos, afirmando que “não é cozeiro”, “que é só uma gripezinha”, e vem sistematicamente negligenciando a compra das vacinas.

além da transmissão dos custos na atuação profissional para professores/as com o avanço da “uberização” do trabalho. Para Antunes (2020, p.11) “A uberização é um processo no qual as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo assim, a aparência de ‘prestação de serviços’ e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho”.

A uberização das relações de trabalho não é um fenômeno específico da pandemia/sindemia do novo Coronavírus, mas não restam dúvidas de que a necessidade de distanciamento social e a consequente necessidade maior de usos das tecnologias da informação e comunicação (TIC) possibilitou o aprofundamento da exploração já em curso. Antunes (2020, p.13) afirma que as TIC são “um elemento central entre os distintos mecanismos de acumulação criados pelo capitalismo financeiro de nosso tempo”. Destaca ainda que a partir da “expansão informacional-digital” fizeram com que terceirização, informalidade e flexibilidade se tornassem expressões comuns do mundo do trabalho contemporâneo, “E, com elas, a intermitência vem se tornando um dos elementos mais corrosivos da proteção do trabalho, a qual resultou de lutas históricas e seculares da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2020, p.11). Essa realidade chega à educação e à Educação Física, como já sinalizamos nesse texto.

De um lado, a contratação de professores/as em regimes especiais, precarizados, sem direitos garantidos, cortes de salários e submetidos a condições sub-humanas, está gerando revolta, paralisações, como no Município de Feira de Santana no Estado da Bahia<sup>13</sup>. Por outro lado, demissões em massa e cancelamento de contratos temporários sem aviso prévio são outra forma de ataque às professoras e aos professores. Caso exemplar foi o ocorrido no grupo educacional privado *Laureate*, que demitiu cento e vinte professoras e professores, via plataforma virtual, substituindo-os por robôs<sup>14</sup>; e a ameaça de demissão de quase dez mil trabalhadoras(es) da educação (professoras/es e funcionárias/os) do Estado do Paraná-Brasil, que reagiram com greve de fome<sup>15</sup> por oito dias.

Estão sendo atacadas/os, as/os professoras/es, com a negação de uma consistente base teórica, com a falta de formação adequada, de equipamentos, de infraestrutura laboral, com a transformação de seus tempos de vida exclusivamente em tempos de trabalho remoto; e de suas residências em escritórios, em salas de aulas virtuais. Com a imposição do trabalho remoto e do ensino remoto, com os pacotes tecnológicos que destroem completamente a capacidade humana criativa dos/as professores/as, avança a destruição do que caracteriza o trabalho docente.

Não podemos deixar de mencionar, que durante a pandemia, segundo estudo da ONG Oxfam, entre 18 de março e 12 de julho de 2020, o patrimônio dos 42 bilionários do Brasil passou de US\$ 123,1 bilhões para US\$ 157,1 bilhões, ou seja, diante de tamanha tragédia humanitária, os bilionários ficaram 34 bilhões de dólares mais ricos. Dentre os dez maiores bilionários brasileiros, ocupa a terceira posição, com patrimônio de 68,12 bilhões de reais, o Sr. Eduardo Luiz Saverin, um dos cinco cofundadores do Facebook, que é sócio da *B Capital Group*, empresa de

<sup>13</sup> Disponível em: <<https://anovademocracia.com.br/noticias/13492-ba-professores-lutam-contra-o-corte-de-salario-em-feira-de-santana>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.esquerdadiario.com.br/Apos-trocar-professores-por-robos-Laureate-demite-em-massa-em-meio-a-pandemia>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/11/23/em-greve-de-fome-ha-5-dias-trabalhadores-da-educacao-exigem-revogacao-de-edital>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

investimentos focada em startups<sup>16</sup>. Sua fortuna subiu 61% este ano, e em agosto fez seu primeiro investimento na América Latina na *Yalochat*, startup mexicana que desenvolve inteligência artificial para atendimento a clientes<sup>17</sup>. Importante destacar que este fez sua fortuna através do desenvolvimento de tecnologia que dispensa a presença humana para o trabalho. No âmbito da educação, já há registros de casos de substituição de atividades docentes por inteligência artificial.

Ao mesmo tempo, o Brasil vive, no ano de 2020, o maior índice de desemprego desde 2012<sup>18</sup>, chegando a uma taxa de 14,4%. A população ocupada recuou para 81,7 milhões, e houve uma queda de 5% (menos 4,3 milhões de pessoas) comparando-se com o trimestre anterior. Além disso, tomando como referência o terceiro trimestre de 2020, é importante registrar que houve queda de 12,8% (menos 12 milhões) frente ao período de maio a julho de 2019. O nível de ocupação também foi o mais baixo da série, atingindo 46,8%, caindo 2,7 pontos frente ao trimestre anterior, e 7,9 pontos frente ao mesmo trimestre de 2019. Quanto à população fora da força de trabalho, esta atingiu o recorde da série, chegando a 79,1 milhões de pessoas (4,2 milhões a mais em comparação ao trimestre anterior) e 14,2 milhões a mais frente ao mesmo trimestre de 2019.

É nesse contexto contraditório, que constatamos a ocorrência de um verdadeiro assalto à subjetividade humana, completado com um assalto aos cofres públicos, à vida privada que se transforma em vida de trabalho explorado. A tragédia em relação aos docentes, segundo Evangelista (2016) não é de hoje. A face cruel da desqualificação dos/as professores/as, da Educação Básica pública brasileira no que diz respeito à sua formação, ao seu trabalho, à sua atuação política pode ser reconhecida de imediato nos jargões empobrecedores para designá-los, por exemplo:

[...] professor tutor, voluntário, gestor, empreendedor, empoderado, orientador, eletrônico, protagonista, comunitário, inclusivo, multifuncional, socioemocional, pesquisador, inovador, flexível, de resultados, performático, monitor, oficinairo, eficaz, aprendiz, responsabilizado, treinado, em obsolescência”. (EVANGELISTA, 2016, p. 3).

Estes adjetivos contribuem para desconstituí-los de sua função profissional específica, a saber, de viabilizar a apropriação crítica do conhecimento histórica e socialmente produzido, e ainda, de tornar fragmentado e desestruturado o seu campo de trabalho com consequências degradantes para sua carreira. Ainda segundo Evangelista (2016), esta tragédia pode ser reconhecida em quatro fases: 1. Reconversão; 2. Desqualificação (professor cadeizado); 3. Responsabilização; 4. Docente pensante (desintelectualização). Estas fases estão determinadas pela necessidade de o capital ajustar a política educacional às suas necessidades lucrativas, ao empresariamento da educação, e o assalto aos cofres públicos, por empresários e Organizações Sociais.

A **reconversão** diz respeito a reconversão laboral iniciada nos anos de 1980, quando as mudanças estruturais nas relações capitalistas de produção e a reforma do aparelho de Estado no

<sup>16</sup> “[...] uma startup é um grupo de pessoas à procura de um modelo de negócios repetível e escalável, trabalhando em condições de extrema incerteza.” Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-startup.6979b2a178c83410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://comoinvestir.thecap.com.br/bilionario-com-menos-de-40-9-jovens-bilionarios-brasileiros/>>. Acesso em: 16 de dez. 2020.

<sup>18</sup> Dados Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) contínua, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Brasil, nos anos de 1990, ganharam maior visibilidade. Com a crise econômica que conduziu ao desemprego estrutural, apresenta-se a questão da empregabilidade. Novas demandas do mercado e incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo impõem relações de trabalho flexíveis e imputando-se ao trabalhador a responsabilidade individual por sua desqualificação para os postos de trabalho existentes, os quais são permeados por demandas da denominada “sociedade do conhecimento”<sup>19</sup>. A Educação responde à demanda de reconversão do trabalhador, e presta sua colaboração em toda a América Latina. Ocorre o influxo de uma reforma educativa gestada pelas frações burguesas dominantes em nível internacional, as quais pressionam os sistemas educativos para racionalizar e imprimir “qualidade total” à educação.

A reconversão gera a **desqualificação** dos/as professores/as, de tal forma que eles não conseguem pensar em suas condições objetivas de vida e de trabalho. Atribui-se aos/as professores/as falta de competência e de habilidades. Isto, segundo Evangelista (2016),

[...] abriu um campo de degradação social da profissão facilmente usado para racionalizar os problemas do país em termos de desenvolvimento e de combate à pobreza, tarefa difundida pelo Banco Mundial (BM) nos países periféricos. Um dos fatores importantes componente da desqualificação docente está no determinismo tecnológico; suas supostas fragilidades assentaram-se na ausência do domínio da tecnologia, entendida como pedra de toque do desenvolvimento nacional. (EVANGELISTA, 2016, p. 6).

Esta desqualificação tem consequências nefastas e podemos identificá-la, por exemplo, na falta de professores/as dada tamanha desvalorização desta carreira. Contribuem para a desqualificação principalmente o Estado quando atua no processo de formação inicial e continuada através da implementação de diretrizes que possibilitam este objetivo. A terceira fase pode ser identificada quando os/as professores/as passam a ser **responsabilizados** pelo fracasso da educação. Segundo Evangelista (2016):

As políticas de profissionalização na área da Educação deflagradas nos anos de 1990 incidia sobre os profissionais da escola e também do aparelho de Estado. Na conjuntura da reforma do Estado e da reestruturação capitalista vicejava a ideia de que muitos dos obstáculos enfrentados pelo Brasil se explicavam pela ausência de profissionalismo ou de formação tanto dos quadros administrativos, quanto dos quadros do magistério. Tratava-se, obviamente, de uma intervenção dos interesses burgueses que precisavam promover a adequação desses quadros às novas demandas das relações de produção. (EVANGELISTA, 2016, p. 9).

Os/as professores/as passam a ser responsabilizados inclusive pelo desemprego futuro do aluno, visto que o não investimento do professor em seu trabalho presente influencia o futuro do estudante. O proposto foi convencer professores/as de que sua atuação pode gerar má qualidade do ensino, logo desemprego, logo pobreza, logo o não desenvolvimento econômico do país. Ou seja, a responsabilização recai nos/as professores/as.

A quarta fase diz respeito ao/a professor/a “**cadeizado**”. Isto significa que o sistema educacional sob pressão das agências internacionais se amplia no setor privado e à distância, aprisionando os/as professores/as em uma estrutura de superexploração que neste período de pandemia/sindemia ficou evidente. Isto é agravado no âmbito da formação dos/as professores/as.

<sup>19</sup> Uma crítica consistente sobre a falácia da “Sociedade do Conhecimento” está no texto Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões? de Newton Duarte (2008), publicado pela Autores Associados.

O Estado relega a tarefa da formação do magistério nacional e, organicamente articulado ao Capital, impede que na escola pública se criem as condições para a sistematização e difusão de um saber científico capaz de expor as determinações históricas das condições de vida da classe trabalhadora, incluindo o/a professor/a. Torna-se imprescindível ao capital manter sua hegemonia e por consenso ou por coerção, esvaziar currículos, ampliando a iniciativa privada, **desintelectualizando** os professores/as.

A pergunta final é sobre a possibilidade de adestrar os professores retirando-lhes a capacidade de pensar. Evangelista (2016, p.14) conclui que não é possível, que professores/as são **“pensantes”**. A necessidade do capital é de destruir os/as professoras e seus organismos de luta de classes da classe trabalhadora como os sindicatos.

O Capital quer se assumir como “educador” (EVANGELISTA; 2016), imprimindo o rumo na formação da classe trabalhadora e de seus/as professores/as. Este projeto pedagógico classista, burguês para manter o sócio-metabolismo do capital encontra a resistência dos/as professores/as e seus organismos de luta.

### **A LÓGICA DESTRUTIVA INERENTE AO TRABALHO EDUCATIVO EMERGENCIAL, REMOTO, À DISTÂNCIA, HÍBRIDO**

Ao problematizar a situação dos/das professores/as levamos em conta as indicações de Triviños (2012) sobre a disciplina e a rigorosidade dos estudos para formar professores/as. É uma necessidade imperiosa na formação de professores/as o desenvolvimento da capacidade para explicar cientificamente e propor elementos superadores, o que se faz através de uma consistente base teórica. Porém, defendemos, não é qualquer base teórica que vai permitir, não é qualquer lógica, mas, sim, o marxismo como filosofia, o materialismo histórico dialético como epistemologia e o socialismo como projeto histórico. Não será possível compreender o atual grau de desenvolvimento do capitalismo, da educação, e muito menos a alteração do seu *ethos* cultural, e a correspondente alteração do seu *ethos* geopolítico sem estas referências, e não será possível compreender as determinações, da primeira até última instância, da geopolítica econômica que está sendo alterada com implicações na destruição da soberania dos povos, da democracia, dos direitos, das conquistas, das políticas públicas, enfim das forças produtivas.

Para controlar os professores/as, nisto que é vital para o capital, ou seja manter os trabalhadores alienados, sem consciência de classe, sem formação política, sem inserção em organizações revolucionárias, sem elevação de suas funções psíquicas superiores, sem individualidade para si, sem desenvolvimento da personalidade emancipatória, criativa, autônoma, científica, o capital e seus agentes controlam as agências internacionais, os meios de produção nacionais, as políticas públicas, agindo com precisão cirúrgica para destruir os/as professores/as.

O capital avança sobre os direitos da classe trabalhadora a partir do fenômeno da chamada “uberização”. Para Antunes (2020; 2018) é a forma máxima de destruição do trabalho, que precariza ainda mais as condições de trabalho e permite a superexploração, sem nenhum direito trabalhista, de seguridade social, cujas consequências, no âmbito da formação e atuação profissional, necessitam ser avaliadas criticamente, para o que possamos nos organizar enquanto classe para dar o enfrentamento positivo a partir da resistência ativa (SAVIANI, 1997).

Freitas (2020)<sup>20</sup> constata diversos elementos que expressam o desmonte da educação pública. Um deles é a redução do custo aluno inicial em 2020, de R\$ 3.643,16 para R\$ 3.349,56, através da portaria Interministerial Nº 03 de 25 de novembro de 2020. Se observarmos as dificuldades, os desafios que se impõem para a educação básica nesse momento pandêmico trata-se de um contra-senso uma redução dessa ordem. Essa redução inclui o ensino médio, que recebeu 10 milhões de dólares para financiamento do programa de reforma do Ensino Médio em Tempo Integral, empréstimo assinado pelo governo em 2018 e vai até 2023, conforme constata o próprio Freitas na matéria “Banco Mundial financia reforma do Ensino Médio”, publicada no dia 20 de novembro de 2020. Trata-se da Emenda Constitucional nº 95 de 2016 sendo implementada, ganhando materialidade e mostrando sua face destrutiva dos serviços públicos.

Outro ataque ocorreu no último dia 17 de dezembro de 2020, quando o presidente Bolsonaro sancionou com vetos a lei que determina como deverá ser aplicado o dinheiro do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). O atual presidente vetou a proposta vinda da Câmara e do Senado, na qual seria obrigatória a implementação até 2024 de internet banda larga, em "velocidades adequadas", em todas as escolas públicas do país, principalmente naquelas fora das zonas urbanas<sup>21</sup>. É bem pouco lucrativo para as empresas estenderem suas redes a estas localidades, e o governo compensará as que o fizer. É o desvio explícito dos interesses públicos, para atender os interesses privados de obtenção de lucros.

Por um lado, como aponta o professor Gaudêncio Frigotto<sup>22</sup>, vem ocorrendo a aprovação do ensino híbrido pelo governo, uma vez que, mesmo diante da afirmação da Fiocruz que é possível vacinar mais de 60 milhões de pessoas no primeiro semestre de 2021, o Conselho Nacional de Educação, formado predominantemente pelos privatistas da educação, permite a realização desse tipo de ensino durante todo o ano de 2021. O capital descobriu que usando nossa energia, nossos equipamentos, nossa vida privada, lucra bastante. Segundo ele,

O ensino híbrido coloca a educação na linha de controle da gerência científica do trabalho fabril, com o controle do tempo, dos hiatos, da velocidade, e sobretudo, a separação do trabalho nosso que nos preparamos para dar uma aula como essa, com autoria, dialogando com os colegas, tendo projetos pedagógicos, e não pelo manual da organização e execução, apenas como executores, e portanto vão controlar também o que nós ensinamos, que é o prescrito, e vão trazer também uma superexploração do trabalho, ou seja, é um ataque na medula da luta histórica dos trabalhadores na diminuição da jornada de trabalho, por um lado. Por outro, rouba a privacidade do convívio familiar, ou do espaço privado da casa, faz da sala de jantar, dos quartos, um espaço invadido pelo estado ou pelo patrão, e diminui sensivelmente a necessidade de novos contratos de professores. Isso significa na prática, um controle ideológico sobre nós. (FRIGOTTO, 2020).

Além disso, o professor Luís Carlos de Freitas, aponta que esse controle do ensino híbrido pode ser feito à distância, ou dentro da sala de aula:

20Matéria “Governo rebaixa custo aluno 2020”, publicada em 27 de nov. 2020. Disponível em:

<<https://avaliacaoeducacional.com/2020/11/27/governo-rebaixa-custo-aluno-2020>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

21 Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/12/17/bolsonaro-veta-instalacao-obrigatoria-pelo-governo-de-internet-banda-larga-em-todas-as-escolas-publicas-ate-2024.ghtml>>. Acesso em: 18 dez. 2020.

22 Live do dia 23 de novembro de 2020, intitulada “O ensino híbrido como golpe derradeiro ao ensino”, ocorrida por ocasião da Semana Acadêmica Integrada dos Cursos de Pedagogia da Unioeste. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=TJW\\_GIKE3rQ](https://www.youtube.com/watch?v=TJW_GIKE3rQ)>. Acesso em 18 dez. 2020.

Se as secretarias de educação, municipais, estaduais, ou o próprio governo federal, disserem o seguinte: de agora em diante o professor vai ter um pacote de dado pelo instituto Ayrton Senna, ou pelo Itaú Educação, pelo Bradesco, ou pelo EQI, ou pelo Positivo, ou seja qual for, e aquela secretaria, aquele município, vai adotar aquele pacote; estão aí preparados, o todos pela Educação tem 18 institutos privados que oferecem a mercadoria ensino, exatamente para desconectar essa visão do ensinar/educar. Mas isso pode ser feito na sala de aula. Eu co- orientei uma tese sobre tecnologia da educação Brasil e Portugal, onde mostra isso, que o professor é obrigado a seguir aquele pacote de ensino que foi pensado por um grupo e que você não pode sair do figurino. (FRIGOTTO, 2020).

Freitas (2017) vai explicar o papel da BNCC nesse circuito, que é o de possibilitar a avaliação em larga escala, a partir de uma homogeneização dos conteúdos, estreitamento do que se ensina, limitando-o aos objetivos prescritos, que podem ser rastreados através das avaliações censitárias como a Prova Brasil. Ainda em 2017, Freitas (2017) demonstrava o efeito desse procedimento avaliativo, que em última instância coloca professores e as escolas para literalmente treinar as crianças para o testes. Há três anos o pesquisador já previa que:

Em estágios mais avançados, estes processos de avaliação são “embarcados” em sistemas auto-instrutivos on line, usando tecnologia interativa, e o processo de avaliação passa a monitorar o ritmo e desenvolvimento do aluno, indicando materiais instrucionais (videos, filmes, materiais, etc. on line) que o aluno pode usar para “corrigir” sua “dificuldade de desempenho. (FREITAS, 2017).

Freitas (2017) denomina esse movimento de *Reforma Empresarial da Educação*, e aponta que durante a pandemia, o fechamento das escolas para o enfrentamento do novo coronavírus é o momento propício das grandes corporações mundiais – notadamente Google, Microsoft e Facebook – para capturar o debate e no futuro garantir melhor aceitação de suas plataformas no campo educacional. Denomina este fenômeno de *fidelização*, ou seja, o assédio às escolas que visa colocar lá dentro suas “marcas” para acostumar as novas gerações ao uso delas e fidelizá-las. Um grande exemplo de que isso já ocorreu foi a hegemonia do Windows perante os demais sistemas operacionais. É possível perspectivar o que significa esse movimento quando consideramos que há no Brasil, de acordo com o censo escolar de 2019, 180 mil escolas de educação básica, ou seja, um mercado a se conquistar.

Não bastasse, no que se refere à Educação Física, há todo o ataque à formação de professores através da interrupção do debate que vinha sendo travado pela revogação das diretrizes curriculares que separavam a formação entre licenciatura e bacharelado, com a aprovação autoritária e unilateral de uma nova diretriz que mantém a fragmentação. Essa reestruturação do trabalho docente imposta pelo capital se valendo da situação de excepcionalidade pandêmica para avançar sobre sua forma e conteúdo, aprofunda ainda mais as cisões históricas entre trabalho manual e intelectual que vem sustentando historicamente concepções hegemônicas na área da Educação Física; abre espaço para a necropolítica, pois decide que os “mais rebaixados” do ponto de vista formativo na concepção dos empresários (os que se vinculam ao trabalho manual, como os professores das academias por exemplo), podem estar expostos à política de morte que vem sendo implementada através do negacionismo da pandemia no Brasil; rebaixa os salários na medida em que transfere para o professor a responsabilidade por novos custos como energia elétrica, água, equipamentos, licenças para aplicativos, aquisição de programas, sem que haja um

incremento nos seus salários. Seria uma lista infinita de graves consequências, para o que, é necessário que se organize a resistência ativa.

Por exemplo, no Brasil, por pressão dos empresários das grandes redes de academias, o presidente Jair Bolsonaro incluiu, através do decreto nº 10.344, de 8 de Maio de 2020, “as academias de esporte de todas as modalidades”, no rol de atividades essenciais. Ao que, o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, junto com a Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada, a Sociedade Brasileira de Biomecânica, e a Sociedade Brasileira de Atividade Física e Saúde, no dia oito de junho de 2020, responderam conjuntamente através da “Carta aberta sobre reabertura de academias para as práticas corporais e atividades físicas no contexto da pandemia”, externando:

[...] a posição deste coletivo é contrária à reabertura das academias e clubes desportivos que oferecem serviços relacionados aos exercícios físicos, esportes e atividades similares, independente das medidas de segurança que possam ser tomadas para controle do risco biológico do contágio, uma vez que tal liberação decorre mais das pressões de caráter econômico do que pela defesa da saúde.

Além disso, o então ministro da saúde, através da portaria nº 639, de 31 de março de 2020, considerando a necessidade de mobilização da força de trabalho em saúde para a atuação serviços ambulatoriais e hospitalares do Sistema Único de Saúde (SUS) para responder à situação emergencial, instituiu a Ação Estratégica "O Brasil Conta Comigo - Profissionais da Saúde"<sup>23</sup>, com objetivo de proporcionar capacitação aos profissionais da área de saúde nos protocolos clínicos do Ministério da Saúde para o enfrentamento da Covid-19, dentre os quais estava listada a categoria profissional “Educação Física”, o que seria fiscalizado pelo respectivo conselho profissional, e deixando em aberto uma série de questionamentos acerca da amplitude das ações, obrigatoriedade etc.

Além disso, através da portaria nº 343, de 17 de Março de 2020, o Ministério de Estado da Educação autorizou, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Também a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, estabeleceu normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Nada poderia ser tão articulado como resposta à crise estrutural do capitalismo do que o avanço da hiper-exploração do trabalho pautado em relações destrutivas, envernizado pelo discurso do necessário avanço das tecnologias, de que os professores precisam se reciclar e acompanhar as novidades do mercado tecnológico. O ano de 2020 é uma demonstração particular explícita do esgotamento da capacidade civilizatória do capitalismo (MÉSZÁROS, 2002).

---

<sup>23</sup> Esta portaria gerou um debate no movimento estudantil da área da saúde, que publicou a Nota das Executivas Nacionais de Cursos da Saúde sobre o Edital 04/2020 do Ministério da Saúde, intitulada “O Brasil conta comigo, mas eu não posso contar com o Brasil: a precariedade das políticas públicas e permanência estudantil e a precarização dos profissionais da Saúde”, disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1SVFrCJYps7-4QZw0SxXgjHvpN97y3JGN/view>>. Acesso em: 15 dez. 2020.

Na Educação Física pode ser constatado, em meio à pandemia, um retorno dos pensamentos higienista e esportivista, o que remonta aos primórdios de sua instituição enquanto disciplina curricular na educação brasileira, que, além do higienismo e do esportivismo, tinham na eugenia (racismo) e no militarismo, aspectos hegemônicos entre os anos de 1830 até a década de 1970 (HÚNGARO, 2013; OLIVEIRA, 2012; SOARES, 2009; 2012).

Evidenciar os aspectos da biologização e naturalização do [ser humano] homem e da sociedade se faz necessário, uma vez que a Educação Física, no século XIX, constitui-se, basicamente, a partir de um conceito anatomofisiológico do corpo e dos movimentos que este realiza. O seu referencial está carregado de intenções como: regenerar a raça, fortalecer a vontade, desenvolver a moralidade e defender a pátria. As ciências biológicas e a moral burguesa estão na base de suas formulações práticas. (SOARES, 2012, p. 40).

Portanto, devemos explicar e criticar o que isso significa no atual contexto, assim como o retorno do militarismo, através das políticas de implementação de escolas cívico-militares. Cresce também, a corrida pela apropriação privada das atividades da cultura corporal, pois o sistema CONFED/CREFs<sup>24</sup>, vem atuando na direção de contribuir para o aprofundamento da expropriação dos direitos da população, notificando pessoas que durante a pandemia fazem seus exercícios em casa e publicaram em suas redes sociais pessoais<sup>25</sup>. Não bastasse a situação de pandemia, o corte nos recursos públicos em geral e em especial para o esporte e lazer, a destruição de espaços públicos destinados a estas atividades, como a ameaça de demolição do Ginásio do Ibirapuera e o Conjunto Desportivo Constâncio Vaz Guimarães, para dar lugar a uma arena multiuso de atividades comerciais<sup>26</sup>, as vidas privadas da população passam também a ser controladas pela mediação das tecnologias da informação e da comunicação.

Além disso, é necessário recuperar a crítica à Educação Física realizada na década de 1980 (OLIVEIRA, 2012; MEDINA, 2013; CASTELLANI FILHO, 2013; COLETIVO DE AUTORES, 1992, 2012; SOARES, 2012; CAPARROZ, 1997), e às proposições pedagógicas elaboradas desde a década de 1990 até os dias atuais (COLETIVO DE AUTORES, 1992, 2012; OLIVEIRA, 2012), período em que se observa uma alteração significativa no mundo do trabalho, e já o sinalizava Frigotto (1998), ao tratar da educação e crise do trabalho no final do século XX, afirmando “*que é necessário questionar, pela raiz, as análises que buscam ajustar a educação e a formação profissional à reestruturação produtiva concebida como consequência da nova base técnica e dos processos de globalização*” (FRIGOTTO, 1998, p.35, itálicos nossos). Daí a necessária avaliação crítica ao avanço das teorias pós-críticas, do relativismo cultural, do pós-modernismo, expressas na Educação Física através do construtivismo (ou neoconstrutivismo - currículo cultural), pedagogia das competências (Parâmetros Curriculares Nacionais, PCN), variações das teorias do aprender-a-aprender (Base Nacional Comum Curricular, BNCC, etc.).

No âmbito da formação de professores, novas determinações se desenham com o empresariamento e divisionismo a partir da ingerência do sistema CONFED/CREFs, iniciada ao final da década de 1990, com a divisão da formação em licenciatura e bacharelado, e atualmente

<sup>24</sup> O próprio conselho fez o registro em seu boletim. Disponível em:

<<https://www.confef.org.br/confef/comunicacao/boletim/1956>>. Acesso em: 16 de dez. 2020.

<sup>25</sup> Caso emblemático na matéria: <<https://emails.estadao.com.br/noticias/gente.conselho-de-educacao-fisica-acusa-claudia-raia-de-exercicio-ilegal-da-profissao,70003377963>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

<sup>26</sup> Ver mais em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/quem-quer-a-destruicao-do-ginasio-do-ibirapuera-eu-nao-e-voce/>>. Acesso em: 16 dez. 2020.

com as novas diretrizes curriculares para formação de professores de educação física, novas formas aparentes de fragmentação e rebaixamento da formação que necessitam ser explicitadas e explicadas.

Outra determinante que se constata é a ingerência do sistema CONFEF/CREFs sobre a atuação profissional em meio à pandemia da COVID-19, com o reforço da separação entre teoria e prática, como por exemplo, na área da saúde: a pressão para os professores continuarem “prescrevendo” (receitas) de atividades para serem feitas remotamente, fiscalizadas pelo sistema CONFEF/CREFs na área de *fitness*. Seguindo a tendência de aprofundamento da uberização de outras profissões, começa a atuar no Brasil plataforma que oferece aulas avulsas, para a população, com profissionais “autônomos”<sup>27</sup> oferecendo seus serviços e só obtendo remuneração quando solicitados via aplicativos para aparelhos de comunicação, como celulares.

Por sua vez, na educação física escolar, é possível constatar dois movimentos: 1) aulas “teóricas” enquanto não retorna as aulas presenciais (retomando o movimento da “velha” dicotomia teoria x prática); 2) atividades recreativas, lúdicas, para desestressar os alunos (aspecto funcional da Educação Física). No primeiro caso é a expressão da separação entre teoria e prática, como se nas atividades o objeto de estudo da Educação Física fosse desprovido de teoria; e no segundo, a desconsideração da identidade da área, sendo a mesma tomada como acessória para outros componentes curriculares, tidos pelo senso comum como mais importantes.

### **A NECESSÁRIA E URGENTE RESISTÊNCIA ATIVA**

Vimos, portanto, que neste período histórico de pandemia/sindemia estamos em uma fase de destruição de forças produtivas (MONTORO, 2014), de desintelectualização dos/as professores/as, desqualificação de suas tarefas, de seu trabalho, de produzir a humanidade em cada ser humano. Um ser pensante não interessa ao capital. E este processo de destruição repercute e tem consequências no projeto de escolarização da classe trabalhadora. O Brasil possui aproximadamente 211 milhões de habitantes, com 56 milhões de estudantes, e está longe de democratizar e universalizar o ensino, com equidade e qualidade. O país está submetido, principalmente após o golpe de 2016 e seu aprofundamento, à reformas educacionais que vão desde a aprovação da denominada a Emenda Constitucional 95/2016 (“PEC da Morte”), que restringe investimentos na educação e saúde por 20 anos; as reformas trabalhista e previdenciária; a terceirização das atividades-fim sem limites; a Reforma do Ensino Médio, promulgação da BNCC, e promulgação da Base Nacional Curricular da Formação Inicial e Continuada dos/as professores/as (BNC Formação); e neste momento, a PEC 32/2020, da Reforma Administrativa.

Para enfrentar este processo destrutivo, destacaremos a necessária perspectiva da resistência ativa, que para Saviani (1997) está estruturada em três pontos: partir da realidade concreta, exercer a crítica; levantar, pela instrumentalização, as possibilidades superadoras; construí-las em coletivos articulados e unificados politicamente em torno de um dado projeto histórico superador ao capitalismo.

<sup>27</sup> Confira a matéria no link: <<https://valorinveste.globo.com/objetivo/empreenda-se/noticia/2020/06/07/uber-dos-personal-trainers-chega-ao-brasil-e-abre-2-mil-vagas-para-profissionais-de-educacao-fisica.ghtml>>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Na Educação Física, a abordagem que representa a resistência ativa nesse período de transição, onde o sistema capitalista apresenta sua face mais cruel e aprofunda as contradições desse modo de vida, é a Crítico-Superadora, a qual defende o desenvolvimento do pensamento científico a partir da lógica dialética na escola, única que possibilita a compreensão e explicação da realidade, na perspectiva da transformação radical da sociedade. Defende uma Educação Física que não separe a teoria da prática, pois ambas fazem parte de uma totalidade concreta, que tem no movimento do real, as possibilidades de superação das contradições impostas por essa realidade. (COLETIVO DE AUTORES, 1992; 2012). Conforme Lavoura (2020),

A meu juízo, a concepção de EF denominada de crítico-superadora, que veio a público pela primeira vez em 1992, por meio da obra intitulada Metodologia do Ensino de Educação Física, é a que se apresenta na atualidade como a abordagem de ensino de EF na escola constitutiva das mais ricas determinações teóricas para uma prática educativa. A partir desta obra de referência (COLETIVO DE AUTORES, 2012), tem sido crescente a produção do conhecimento no âmbito desta concepção de ensino de EF, cujos resultados nos possibilitam uma verdadeira reflexão sistemática, radical e de conjunto acerca do objeto de ensino da EF e as possibilidades de conhecê-lo; das finalidades educativas da EF na escola; da relação forma e conteúdo de ensino conforme os níveis de escolarização dos sujeitos e seus processos de desenvolvimento; dos condicionamentos sociais determinantes da relação EF, escola e sociedade; do processo dialético de reprodução social e suas intermediações na prática educativa em EF e na prática social; da reciprocidade das relações entre formação dos indivíduos e desenvolvimento histórico do gênero humano, dentre outras. (LAVOURA, 2020, p.108).

Nos cabe, sim, indagar, o que fazer, em meio a guerra híbrida (KORYBKO, 2018) que já causou só neste início de século uma avassaladora destruição, possível de ser verificada na Venezuela, no Haiti, na Bolívia, em Honduras, no Equador, no Paraguai, e no Brasil. O que fazer perante gigantes que estão na ofensiva capitalista sobre a educação e que estão alterando substancialmente sua concepção, sentido e significado? Paulatinamente o setor financeiro passa a gerenciar a educação em nossos países submetendo a educação aos interesses econômicos. Esses dados e fatos demonstram que não se trata apenas de negócios, mas de uma face do imperialismo na educação, que vem gestando gigantes como Kroton, maior grupo educacional do mundo. Só na formação de professores/as no Brasil são 20.382 cursos, dos quais 15.881 são na iniciativa privada e destes, 11. 681 são à distância, segundo dados do MEC, de agosto de 2020.

Para finalizar, uma resposta à pergunta acerca de uma proposta consistente de formação de professores no Brasil vem sendo liderada pela ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, e sinteticamente se expressa em termos mais gerais da Política Educacional nos seguintes termos: **Princípio Estratégico:** A Democratização da/na Educação – democratizar o acesso, o conhecimento, a gestão; **Princípios Programáticos:** Universalização com equidade; Respeito à diversidade; Pluralidade de ideias e concepções pedagógicas críticas; Gestão democrática (da política pública e das instituições de ensino); Regime de colaboração federativa; Cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa; Participação da sociedade; Transparência; Mais recursos públicos para mais e melhores serviços públicos educacionais. Enfim, articulação entre um projeto de Nação soberana e com seu povo feliz e o projeto de escolarização. Um projeto de Estado, laico, gestado pelo povo, para o povo, com o povo, que garanta a repartição das riquezas. Os serviços públicos, a soberania, os direitos, a infraestrutura

produtiva, a segurança territorial, alimentar, a seguridade social, a assistência, previdência, saúde garantidas para todos, assim como mais e melhor Educação de todo/as o/as brasileiro/as, para todos os nossos países da América Latina, nossa Pátria Mãe. Assegurar estratégias estruturantes: Universalização da Educação Básica - Educação Infantil: pré-escola (4 e 5 anos de idade); Ensino Fundamental: 1º - 9º ano (6 aos 14 anos); Ensino Médio: 10º ao 12º ano (15 aos 17 anos); Aumentar a escolaridade da população: creche, alfabetização, EJA; Expansão e integração da Educação Profissional; Expansão e qualidade da Educação Superior - Ampliar acesso e condições de estudo: mais vagas, interiorização, políticas afirmativas de ingresso, assistência estudantil; Qualidade: articulação entre ensino, pesquisa e extensão, com a Educação Básica e com o desenvolvimento regional e nacional. Política nacional curricular e de avaliação crítica; Redefinição e ampliação do financiamento, com mais recursos públicos para serviços públicos; Valorização dos profissionais da Educação; consistente base teórica na formação inicial e continuada; Colaboração de meios e gestão entre os entes federados.

Especificamente na formação de professores, a ANFOPE defende historicamente os seguintes princípios: 1º) a formação inicial, sempre presencial e em nível superior, e a continuada devem ser examinadas de forma contextualizada na sociedade brasileira; 2º) a transformação do sistema educacional exige e pressupõe sua articulação com a mudança estrutural e conjuntural visando à construção de uma sociedade democrática, mais justa e igualitária; 3º) a gestão democrática da educação integrante da democratização da sociedade brasileira; 4º) a autonomia universitária; 5º) a reformulação, reconceptualização dos cursos de formação de professores como processo constante e contínuo, desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos e das demandas socioculturais; 6º) a defesa da Universidade e suas Faculdades de Educação como locus prioritário para a formação dos profissionais da educação que atuam na educação básica; 7º) a superação do caráter fragmentário e dicotômico da formação do pedagogo e dos demais licenciados, que se materializa na organização curricular, reafirmando a docência como a base da identidade de todos os profissionais da educação; 8º) a extinção gradativa da formação de professores em nível médio; 9º) os princípios da Base Comum Nacional que dão ancoragem epistemológica e prática aos currículos de formação de professores.

Quanto à Base Comum Nacional, para a ANFOPE isto significa sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos da educação básica, de modo a criar condições para o exercício da análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional; - unidade teoria-prática atravessando todo o curso e não apenas a prática de ensino e os estágios supervisionados, de modo a garantir o trabalho como princípio educativo na formação profissional; - trabalho coletivo e interdisciplinar como eixo norteador do trabalho docente; - compromisso social do profissional da educação, com ênfase na concepção sócio-histórica de leitura do real e nas lutas articuladas com os movimentos sociais; - gestão democrática entendida como superação do conhecimento de administração enquanto técnica e compreendida como manifestação do significado social das relações de poder reproduzidas no cotidiano escolar; - incorporação da concepção de formação continuada visando ao aprimoramento do desempenho profissional aliado ao atendimento das demandas coletivas da escola; - avaliação permanente dos cursos de formação dos profissionais da educação, como responsabilidade coletiva a ser conduzida à luz do projeto político-pedagógico de cada curso/instituição.

Mas, as evidências sinalizam que é preciso mais. É preciso desenvolver um projeto de escolarização onde a consistente base teórica seja desenvolvida, presencialmente, integrando ensino-pesquisa-extensão. A luta da classe trabalhadora ao longo da história demonstra que é necessário mais. É necessário a formação política, a elevação da consciência de classe e a tomada de posição junto aos instrumentos de luta da classe trabalhadora. Não dissociar a vida da escola, o trabalho pedagógico, da perspectiva revolucionária de superação do metabolismo do capital que está destruindo a natureza, os seres humanos e as possibilidades de vida humana no planeta terra. Experiências a este respeito na Via Campesina é o que não nos falta. Mas é necessário mais. A luta dos movimentos populares de luta social, das frentes com suas pautas emergenciais, dos partidos de esquerda, do movimento estudantil, das centrais sindicais, dos sindicatos de professores são cruciais. É preciso construir a mais ampla frente de defesa da escola pública, da educação, dos serviços públicos. É preciso sim, unificar em torno de um projeto histórico de nação que continuamente exigirá de cada um e de todos muita luta, muito engajamento, muita organização. A luta é vital, a luta é necessária, a luta é contínua, a luta é permanente, a luta é internacional.

Esses movimentos, frentes, partidos, sindicatos, o que Antunes (2020, p.17) denomina de “movimentos sociais de classe” precisam reconhecer as transformações do mundo do trabalho para reconhecer as armadilhas que o capitalismo cria pra manter e aprofundar a exploração. Conhecendo as novas formas de agir do capital, podemos contra-atacar com mais eficiência. Antunes (2020) afirma que:

Um dos principais desafios dos sindicatos e dos movimentos sociais de classe é compreender a nova morfologia do trabalho, com sua maior complexificação e fragmentação: uma classe trabalhadora que se reduz em vários segmentos e se amplia em outros simultaneamente; que é muito mais segmentada, heterogênea, com clivagens de gênero, raça e etnia, acarretando fortes consequências em sua ação concreta, em suas formas de representação e organização sindical. (ANTUNES, 2020, p. 17).

Precisamos compreender o movimento de aumento do proletariado prestador de serviços, que atinge, inclusive, a educação e a Educação Física, aumentando a informalidade e a desproteção social. Em alguns países temos exemplos de resistência, inclusive no Brasil (ANTUNES, 2020). Reconhecemos que é necessário lutar para construir uma América Latina democrática popular, soberana, livre do colonialismo, do capitalismo, do imperialismo, do escravismo, da xenofobia, do machismo, da LGBTQIA+fobia, e todas as outras formas de opressão e exploração.

Por fim, reconhecemos que isto exige governos democráticos e populares e o fim dos governos autoritários neoliberais e ultra neoliberais da América Latina, sustentados pelas forças armadas, setores empresariais, setores parasitários da economia, pelos obscurantistas, fundamentalistas, negacionistas, pelos gabinetes do ódio, e do ódio como política. Exige que a referência de projeto histórico esteja para além do sociometabolismo do capital (MÈSZÁROS, 2002).

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 11-22.

CAPARROZ, F. E. **Entre a educação física na escola e a educação física da escola**. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.

CASTELANNI FILHO, L. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. 19. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

CHOMSKY, N.; PRASHAD; V. **Primeira carta semanal de 2021, do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social**. Disponível em: <<https://www.thetricontinental.org/pt-pt/newsletterissue/1-noam-chomsky/>>. Acesso em: 11 jan. de 2021.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friederich. Do Socialismo Utópico ao Socialismo científico. In: FERNANDES, Florestan. **Marx e Engels**. São Paulo: Atica, 1989.

EVANGELISTA; O. **Faces da Tragedia docente no Brasil**. In: XI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO –Movimientos Pedagógicos y Trabajo Docente en tiempos de estandarización. Mexico 16 a 18 novembro de 2016. ISSN 2219-6854. Disponível em: <[http://redeestrado.org/xi\\_seminario/pdfs/eixo3/68.pdf](http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo3/68.pdf)>. Acesso em: 05 dez. 2020, às 22:55h.

FREITAS, L. C. de. BNCC: como os objetivos são rastreados. In: AVALIAÇÃO EDUCACIONAL – **Blog do Freitas**. S/L, 07 abr. 2017. Disponível em:<<https://avaliacaoeducacional.com/2017/04/07/bncc-como-os-objetivos-serao-rastreados/>>. Acesso em: 8 dez. 2020.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (Org.) **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petropolis: Vozes, 1998. p. 25-54.

FRIGOTTO, G. O Ensino híbrido como golpe derradeiro ao ensino. Paraná: **Canal do GPECI GP Educação**, criação, infância. 1 video (111 minutos) Disponível em : <[https://www.youtube.com/watch?v=TJW\\_GIKE3rQ](https://www.youtube.com/watch?v=TJW_GIKE3rQ)>. Acesso em: 18 dez. 2020.

GAMA, C. N. **Princípios curriculares à luz da Pedagogia histórico-crítica**: as contribuições da obra de Dermeval Saviani [tese]. Salvador (BA): Universidade Federal da Bahia; 2015.

HÚNGARO, E. M. A educação física e a tentativa de deixar de mentir. In: MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo e... “mente”**: novas contradições e desafios do século XXI. 26. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013. p.135-159.

KORYBKO, A. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAVOURA, T. N. Natureza e especificidade da educação física na escolar. **Poiésis - Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, [S.l.], v. 14, n. 25, p. 99-119, ago. 2020. ISSN 2179-2534. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/8880>>. Acesso em: 18 dez. 2020. doi:<http://dx.doi.org/10.19177/prppge.v14e25202099-119>.

MALANCHEN, J. **Cultura, conhecimento e currículo**: contribuições da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEDINA, J. P. S. **A educação física cuida do corpo e... “mente”**: novas contradições e desafios do século XXI. 26. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTORO, X. A. **Capitalismo y economía mundial**: bases teóricas y análisis empírico para la comprensión de los problemas económicos del siglo XXI. Madrid: Instituto Marxista de Economía, 2014.

OLIVEIRA, V. M. **Consenso e conflito**: educação física brasileira. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. A resistência ativa contra a nova lei de diretrizes e bases da educação. **Princípios**. Ed. 47. Nov/dez/jan, 1997-1998, p. 66-72.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SOARES, C. L. Da arte e da ciência de movimentar-se: primeiros momentos da ginástica no Brasil. In: PRIORI, M. D.; MELO, V. A. de. (Orgs.). **História do esporte no Brasil**: do império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 133-178.

SOARES, C. L. **Educação física**: raízes européias e Brasil. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Marxismo, movimentos sociais, educação, sindicalismo. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 8, n. 1, p. 47-62, jun. 2016.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke. Sobre o sistema de complexo Homem-Esporte-Saude: Reflexoes a partir de contribuições da Alemanha. In: MATIELLO JR, Edgard; CAPELA, Paulo; BREILH, Jaime ( Org.) **Ensaio Alternativos Latino-Americanoa de Educação Física, Esporte e Saúde**. Florianópolis: Copiart, 2010. P.159-183,

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2012.